



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA PAULO VI
AOS PARTICIPANTES DA VI ASSEMBLEIA GERAL
DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL ITALIANA**

Sábado, 11 de Abril de 1970

Damos as boas-vindas à Sexta Assembleia Geral da Conferência Episcopal Italiana. Fazemo-lo como Bispo de Roma e, portanto, como membro de direito da mesma Conferência, o que significa que estas boas-vindas são apresentadas com sentimento de fraternidade, de solidariedade, e de comunhão. Fazemo-lo como Sucessor de São Pedro, cômico da relação de colegialidade e de função pastoral, que, «como princípio visível e fundamento da unidade, tanto dos Bispos, como da multidão dos fiéis », como diz o Concílio (*Lumen Gentium*, n. 23), Nos une a todos e a cada um de vós, e que desejaria exprimir, em solicitude ilimitada por vós (cfr. *2 Cor* 11, 28; *Rom* 12, 8), o amor sem limites que Nós devemos a Cristo, tendo por auspício o amor que o mesmo Cristo teve por Nós (cfr. *Lc* 22, 32).

Seríamos tentado a conceder a este Nosso necessário e afectuoso interesse pastoral um longo momento de análise, de reflexão e de contemplação. A vossa presença põe diante dos Nossos olhos um quadro vastíssimo e global da vida da Igreja na Itália, um quadro histórico e tradicional como nenhum outro e, ao mesmo tempo, fresco e novo, delineado nestas modernas estruturas, que antes não existiam e que desde já prometem uma vitalidade rejuvenescida e orgânica. Quantos dos seus aspectos deveriam ser admirados, examinados e comentados! Quantos critérios, que inspiram esta nova instituição eclesial, como a união, a organização, a colaboração, a renovação, o estilo evangélico e social e tantos outros, deveriam ser apontados e estimulados! Quantos nomes beneméritos, neste processo de evolução, já deveríamos mencionar para a nossa recordação e para o nosso reconhecimento! Entre tantos, pelo menos um não podemos omitir: o do saudoso Cardeal Giovanni Urbani, Patriarca de Veneza e Presidente da Conferência Episcopal, que há poucos meses nos precedeu, inesperadamente, « no sinal da fé e... no sono da paz ».

E, depois, perante a visão que esta Assembleia Nos apresenta, quantas questões, quantos problemas, quantos acontecimentos, quantos comentários e quantas sugestões teríamos para vós dentro do Nosso coração!

No entanto, não vamos ceder ao desejo de pronunciar um discurso apropriado aos temas que Nos ofereceis. O que Nos leva a isto é o dever de discrição e também o facto de terdes já tratado e discutido ampla e competentemente estes temas. Por ora, contentamo-Nos em os anotar; depois, dada a ocasião, falaremos separadamente sobre eles. Basta-Nos agora tributar um sincero elogio aos Relatores desta Assembleia e um vivo agradecimento pela seriedade das suas exposições. Queremos recomendar à vossa comum atenção o amplo e profundo discurso de introdução feito pelo Cardeal Poma. Segundo o Nosso parecer, este discurso é um texto importante, pela síntese que faz das questões estudadas e pela orientação que dá à solução dos nossos problemas. Que este encontro fique assinalado por uma única palavra, a Nossa palavra que deduzimos da exortação de Jesus a Pedro: «...confirma os teus irmãos » (*Lc 22, 23*). Esta palavra é « confiança ».

Exortação à confiança

Confiança! A confiança não ignora as dificuldades da hora presente, nem as desilusões que podem diminuir o nosso optimismo. Não nos esquecemos da admoestação do Apóstolo Pedro: «...vivei com temor durante o tempo da vossa peregrinação» (*1 Pdr 1, 17*). Ousamos, até, atribuir a nota autobiográfica de São Paulo à nossa vida: «no exterior, combates, no interior, temores » (*2 Cor 7, 5*). Mas seria ignorar ou interpretar mal tantos «sinais dos tempos», se esquecêssemos que devemos ter confiança na Providência, que orienta os acontecimentos do mundo e, certamente, guia, com particular misericórdia, os da Igreja italiana; seria não dar importância a tantos fermentos generosos e nobres da geração presente, não mostrar que sabemos descobrir, no tumulto das inquietudes e das agitações hodiernas, certas aspirações e certas promessas que se nos apresentam como presságios e factores de uma feliz renovação. Não seríamos fiéis discípulos do Mestre, se não soubéssemos ter esperança «contra toda a esperança » (*Rom 4, 18*), nas mais diversas situações, para não merecermos a sua repreensão por sermos homens de pouca fé (cfr. *Mt 8, 26*).

Portanto, confiança! E, assim, o Nosso discurso passa das coisas às pessoas, renunciando de propósito a pronunciar-se, em termos precisos, sobre os temas examinados por esta Assembleia, e entrando rápida e simplesmente na esfera « pneumática », isto é, espiritual, que paira sobre ela.

A primeira categoria de pessoas presentes, a quem dirigimos o Nosso convite à confiança, é a dos leigos. Permitam-Nos os Nossos Irmãos no Episcopado dar aos leigos esta precedência. Verificamos que, também desta vez, os leigos foram representados oficialmente na Assembleia Geral desta Conferência Episcopal. E uma novidade da qual queremos tirar, para Nós mesmo, motivos de confiança.

A confiança dos leigos

Se, realmente, o Laicado católico, como a Igreja hierárquica há mais de cem anos espera, e como o Concílio ensina e exorta, quiser corresponder à vocação própria de todo o Povo de Deus, vocação que lhe reconhece a dignidade e a função do sacerdócio comum derivado do baptismo, vocação que o destina à perfeição cristã, que o une orgânicamente ao corpo eclesial, que o chama autorizadamente ao trabalho de propagação do reino de Cristo e ao exercício activo do apostolado, e que, por fim, exige dele obediência aos Pastores, que têm a responsabilidade do governo dos fiéis, e colaboração com os mesmos Pastores, então a Igreja verá tempos novos: ver-se-á a si mesma, modelada segundo a primitiva tradição cristã e segundo as exigências teológicas da sua constituição; verá a autenticidade da oração e dos costumes cristãos tornar-se evidente e exemplar; verá a sua organização fortificar-se na concórdia fraterna e na caridade operosa; verá, finalmente, a sua irradiação no mundo tornar-se mais ampla e mais benéfica.

Nós temos confiança no Laicado católico. E o humilde testemunho pessoal da Nossa vida sacerdotal que o diz e o exercício do Nosso magistério pastoral confirma. Desejamos que vós, leigos católicos, tenhais confiança na Igreja. Deveis oferecer-lhe a dupla dádiva generosa e cordial da confiança e da fidelidade. A confiança e a fidelidade não impõem uma adesão passiva, não são uma dócil preguiça, como talvez alguém possa pensar. Sustentada pela confiança, a fidelidade é coesão, é coerência, é defesa, é colaboração. Além disso, é relativa participação e corresponsabilidade; mais ainda, é estímulo à iniciativa dirigida e disciplinada, que comporta a liberdade própria do cristão adulto e maduro, que educou a sua consciência à luz da autêntica doutrina da Igreja, especialmente quando age no campo das realidades temporais. A este propósito, pode-se dizer que o Concílio, por um lado, deu importância ao carácter «eclesial» do leigo católico; por outro, reconheceu-lhe uma autonomia « secular », que distingue, na esfera que lhe é própria, a sua responsabilidade da responsabilidade da Igreja, o que deveria inspirar ao leigo aquela confiança de que estamos a falar.

É claro que não se deve pensar que o poder da Igreja, tanto no campo da doutrina como no da acção, deriva da comunidade eclesial, democráticamente operante, aos Pastores, porque isto seria ceder a uma falsa opinião. Mas, recordando que, na Igreja, os Pastores, por vontade de Cristo e em virtude da investidura sacramental, são constituídos doutores e dispensadores dos mistérios divinos ao serviço de toda a comunidade e, também, para o bem dos que não pertencem a ela, recordando, além disso, que esta realidade comporta uma organização eclesial original, não modelada segundo os esquemas convencionais da sociedade temporal, será bom e fácil estabelecer novas relações orgânicas entre a Hierarquia e o Laicado católico, que dêem ao mesmo Laicado a dignidade e a funcionalidade que lhe foram reconhecidas pelo Concílio. Portanto, confiança!

Confiança dos Sacerdotes

Anàlogamente, dizemo-vos, sacerdotes aqui presentes e a todos os que moralmente representais: tende confiança!

Mas, confiança em quem, em que e porquê? Neste ponto a resposta é mais complexa. No entanto, podemos responder imediatamente: confiança em Cristo. Sim, confiança em Cristo, confiança imensa, pessoal e total. Devemos ter grande confiança em Cristo. E Ele quem o quer (cfr. *Jo* 14, 1; 16, 33; *Mc* 6, 50).

Ele chamou-vos (*Mc* 3, 13), assimilou-vos a Si e amou-vos extrema e divinamente. A vossa espiritualidade deve fundar-se nesta confiança, nesta teologia, da qual emerge a prevalente causalidade divina ao qualificar-vos seus discípulos, seus eleitos, seus amigos, suas testemunhas, seus ministros e seus apóstolos. Vós conheceis esta história inefável que desce até às profundezas da vossa psicologia e se exprime, no desenrolar externo da vossa vida, na humildade do vosso serviço, muitas vezes extenuante e heróico. Meditai aquela página autobiográfica de São Paulo (cfr. *2 Tim* 1, 7-12) e fazei vossa a sua extrema palavra de confiança: «...sei em Quem pus a minha confiança » (*Ibid.* 1, 12).

Por conseguinte, confiança em vós mesmos; queremos dizer, confiança na definição canónica da vossa identidade eclesial e social. Também Nós conhecemos muito bem os múltiplos e graves motivos da inquietude eclesial presente e, diante do Senhor, pesamos a sua validade, afastando dos Nossos olhos o véu do cómodo costume, e detendo-Nos com afectuosa intensidade de espírito na consideração da chamada «crise», que hoje aflige tantas camadas do clero católico e interessa grandemente a opinião pública, que, por sua vez, não raramente dramatiza episódios e constrói fantasmas, exagerando e deformando o quadro da realidade. Também Nós sofremos ao observar esta situação nas fileiras do clero, principalmente porque, às vezes, ela parece artificialmente intensificada. Perante isto, perguntamos se, porventura, não se estão a criar problemas graves, que poderiam ser evitados por meio de um respeito maior pela tradição, da qual herdámos tudo e da qual recebemos aquele tesouro intangível do famoso *depositum*, que não é um peso a ser arrastado, mas uma reserva de certezas e de energias para a Igreja que vive na história.

O que Nos aflige neste ponto é a suposição que mais ou menos penetrou em certas mentalidades, segundo a qual se pode prescindir da Igreja, tal como ela é, se pode prescindir da sua doutrina, da sua constituição, da sua origem histórica, evangélica e hagiográfica, e se pode inventar e criar uma nova Igreja, segundo determinados esquemas ideológicos e sociológicos, também estes sujeitos a mutações e não confirmados por intrínsecas exigências eclesiais. Vemos, assim, que não são apenas os inimigos externos que abalam e enfraquecem a Igreja, mas também alguns dos seus filhos, que pretendem ser, internamente, os seus livres fautores.

E que dizer daqueles casos, felizmente raríssimos, mas clamorosos, de sacerdotes e de religiosos que fazem ostentação da sua manifesta e sacrílega violação dos compromissos

solenes para com Cristo e para com a Igreja ? «São inevitáveis, decerto, os escândalos, mas ai do homem por quem vem o escândalo! » (Mt 18, 7). De quanta coragem e de quanto amor renovado temos necessidade para superar, com fortaleza e caridade, choques tão dolorosos!

Desejaríamos que uma acentuação problemática deste género não chegasse a invadir os vossos espíritos. Dizemo-lo a vós, Sacerdotes; a vós, Religiosos: «Sobrii estote, et vigilate... com o que segue (1 Pdr 5,8). Tende confiança: a definição essencial da vossa figura de ministros da Igreja católica não deve ser posta em discussão; sede fortes e sede felizes por serdes aquilo que sois, como Cristo, dados à Igreja e, por isso mesmo, recebidos naquela intensíssima fusão do duplo amor de Cristo e da Igreja, que confere à vossa personalidade uma incomparável plenitude interior de caridade e de felicidade, e que faz da vossa sacrificada existência, no meio da comunidade dos irmãos e no meio do mundo profano, um sinal de fogo do reino de Deus, que só o celibato, juntamente com o sacerdócio livremente escolhido, pode realizar.

Tende confiança na vossa vocação. A vida do Sacerdote requer, além destes, muitos outros sacrifícios; vós conhecei-los: o seu género de vida é um género de vida próprio. Tudo isto também diz respeito à posição do Sacerdote na sociedade contemporânea: distingue-vos dela, e insere-vos nela como o sal da terra. Não vos priva de qualquer conhecimento da cultura e da vida; subtrai-vos a muitas experiências inúteis ou nocivas ao vosso ministério. Dispensa-vos de muitos cuidados que, tornando-se direitos-deveres, teriam direito de ter para si, e não só para o *unum necessarium*, ou seja, o serviço pastoral, a *optimam partem* do vosso coração e do vosso tempo.

Mas repetimos, tende confiança na Igreja! Ela atravessa uma hora de tensão e de investigação; mas tem o Concílio como seu guia: este grande acontecimento não ficará sepultado no passado, mas dará os seus frutos no futuro; e vós, Sacerdotes, experimentareis as suas novas exigências e as novas vantagens. Há perspectivas para o reconhecimento da vossa personalidade, para dar assistência a qualquer necessidade legítima que tenhais, para a vossa mais estreita colaboração e para a vossa adequada corresponsabilidade no cuidado pastoral do Bispo, para a renovação das estruturas que sejam superadas e dos métodos demasiado antigos e empíricos, com o objectivo de dar maior eficiência ao vosso ministério.

A confiança dos bispos

E agora dirigimos a vós, veneráveis Irmãos no Episcopado, a nossa esperança de confiança.

Notamos todos os dias, no exercício do Nosso ministério apostólico, como o ministério de Bispo se tornou grave e difícil. A função episcopal, realmente, já não é um título honorífico temporal, mas um dever de serviço pastoral. E que serviço! O peso das solitudes eclesiais recai todo sobre o Bispo; ele não pode dizer com São Paulo: «Quis infirmatur, et ego non infirmor ? quis scandalizatur, et ego non uror ?» (2 Cor 11, 29). Este aspecto essencial do sacerdócio ministerial,

hoje posto em plena luz pelo Concílio (cfr. *Lumen Gentium*, n. 24, n. 32; etc.) e reclamado pelos acontecimentos históricos da Igreja, purifica a dignidade episcopal de qualquer intervenção possível de vaidade exterior e de poder terreno, caracteriza espiritual e praticamente a figura do Pastor, como o quis, conforme ao Seu exemplo, o divino Mestre; destina-lhe a sua grande e verdadeira função na comunidade eclesial, multiplica-lhe as forças até à dedicação completa. *Servi enim sumas Ecclesiae*, diremos a nós próprios com Santo Agostinho (*De opere monachorum*, XXIX, em: *PL* 40, 557; e ficamos gratos ao Cardeal Pellegrino pelo florilégio agostiniano, que ele nos oferece no opúsculo que tem por título: *Verus Sacerdos*, Fossano, 1965). Não nos surpreende, portanto, notar frequentes vezes, no nosso ministério apostólico, que Bispos em actividade, e nem sempre doentes ou de idade avançada, e Candidatos chamados ao Episcopado, procurem declinar este cargo que hoje, não só pelas suas exigências intrínsecas, mas também por causa de tantas dificuldades extrínsecas, parece ter-se tornado intolerável. Isto diz-nos quanto, também vós, Co-Irmãos associados na paixão, tendes necessidade de conforto e de exortação à confiança.

Poderíamos ir buscar argumento para isto na constituição e na crescente eficiência desta Conferência Episcopal, que muitos deveres novos impõe aos Bispos, mas que muitos auxílios novos lhes oferece também, com admirável progresso. Damos de boa-vontade o nosso aplauso e o nosso encorajamento àqueles a quem cabe esse mérito.

Mas parece-nos dever mencionar, sobretudo, as duas maiores dificuldades que o ministério episcopal hoje encontra.

A primeira dificuldade é a do exercício do magistério. Não gastamos palavras para explicar aquilo que todos experimentam com apreensão e com dor. A firmeza e a pureza da fé estão hoje ameaçadas, não só pela implacável oposição do pensamento e do costume do mundo, mas também por um «certo cansaço da verdade católica» e por um certo excesso e, muitas vezes, incauto pluralismo, que se difunde também dentro da Igreja. Sim, faremos bem em observar, com respeito e cautela, estes fenómenos que invalidam, no seu conteúdo substancial, a ortodoxia da doutrina da fé, mas também com a responsável e corajosa sabedoria, própria da nossa missão de testemunhas, de guardas e de mestres. O magistério eclesiástico é hoje às vezes impugnado precisamente por aqueles que o deveriam defender, quanto mais não fosse, para autenticar o próprio. Mas não devemos temer: os primeiros a gozar dos carismas do Espírito são aqueles a quem, principalmente, foram prometidos; e os primeiros a quem compete o direito-dever de ensinar as verdades da revelação cristã são os Apóstolos e, portanto, também os seus sucessores: «euntes docete» (*Mt* 28, 19; *Lc* 10, 16; *Mt* 10, 27; etc.).

Os estudos eclesiásticos e a renovação da catequese

E podemos encontrar motivo de conforto, para o exercício do Nosso magistério, também nalguns factos concretos e recentes, como a instituição da Pontifícia Comissão Teológica, facto este que,

só por si, mostra que a Igreja docente aprecia e promove os estudos teológicos, aceita as experimentadas pesquisas para o incremento da sua inteligência da verdade revelada e, muito mais, da especulação humana, e pensa aproveitar-se da sua ciência, para dar à própria linguagem a expressão mais idónea para a compreensão e difusão do seu ensino. Fazemos votos por um período novo e florescente dos estudos eclesiásticos e confiamos que a irradiação da fé encontre neles um novo esplendor.

Outro facto, pelo qual a Conferência Episcopal merece louvor, é a publicação do vosso Documento pastoral sobre a renovação da catequese. É um documento que assinala um momento histórico e decisivo para a fé católica do Povo italiano. É um documento em que se reflecte a actualidade do ensino doutrinal, o qual emerge da elaboração dogmática do recente Concílio. É um documento inspirado na caridade do diálogo pedagógico, ou seja, que demonstra a premura e a arte de falar, com palavras apropriadas, autorizadas e pausadas, à mentalidade do homem moderno. Faremos bem em lhe dar grande importância e em fazer dele a raiz de uma grande, concorde e incansável renovação da catequese da presente geração. Ele reivindica a funcionalidade do magistério da Igreja: devemos-lhe honras e confiança.

A segunda dificuldade é o exercício da autoridade. A ela não corresponde, a tantos títulos, a obediência que lhe é devida; procura-lhe até contestações irreverentes e exaurientes. Ninguém queira dizer que hoje é fácil ser Bispo! Mas também sobre este ponto principal Nós repetimos: confiança! Confiança na incontestável potestade do nosso mandato (falamos a mestres e não dizemos mais). Confiança na bondade da enorme maioria do Povo cristão em favor da Hierarquia. Confiança na exigência da autoridade, ínsita nas necessidades da comunidade dos crentes. E, por fim, confiança na renovação sapiente e paciente, que nós mesmos, Pastores do Povo de Deus, imprimiremos na vossa arte de exercer a autoridade que compete a nós, Bispos, na Santa Igreja.

É sobre este último argumento que advertimos a repetida e monótona contestação: não é a autoridade, diz-se, que é refutada (embora haja quem a negue radicalmente!); é o modo de a exercer que deve ser mudado. A observação pode ser considerada, pelo menos até que não esconda uma conclusão sofística: o modo desejado para o exercício da autoridade é o que faz do Irmão Superior o dócil executor daquilo que os Irmãos subordinados desejam e dispõem.

Mas não. Aceitamos humildemente de rever os nossos modos de exercer a autoridade. Para simplificar, diremos que existem dois modos no exercício da autoridade: o primeiro é o de pesar sobre os outros e de conter, habitualmente com temor (cfr. 2 Cor 4, 21), a liberdade e a actividade alheias; o outro é o de ajudar o próximo a dar boa, livre e responsável expressão de si (cfr. 2 Cor 1, 24). «*De potestate nostra, quam dedit nobis Dominus in aedificationem, et non in destructionem vestram, non erubescam*» (2 Cor 10, 8). Escolhamos este segundo modo (cfr. 1 Pdr 5, 1-3). Ele é mais conforme à natureza e à finalidade da autoridade na Igreja. Os dois sistemas têm os seus inconvenientes; o segundo manifesta-os e sofre-os mais; mas o primeiro, se os esconde,

aumenta-os.

O diálogo eclesial

Chegámos ao « diálogo », de que muito se fala e muitas vezes se abusa. Mas por si, se é empregado quando e como se deve, parece-Nos que ele oferece a expressão boa da autoridade pastoral. Vós todos conheceis as suas dificuldades e os seus recursos, e todos vós sabeis encontrar aquele estilo eclesial, aquele espírito evangélico, que agora a Igreja e o mundo esperam de homens da Igreja.

Então, o Conselho Presbiteral torna-se exercício amigável deste novo estilo do poder episcopal. Então, o novo Estatuto da Acção Católica vem sapientemente moderar a necessidade da coordenação dos Leigos militantes com a direcção própria do Bispo e a maturidade dos próprios Leigos, que ambicionam agir com autonomia prática e oferecer livremente o contributo da sua colaboração.

Poderíamos continuar. Mas bastem-nos estas simples indicações para corroborar em vós aquilo que vos estamos desejando: a confiança serena e apostólica.

E teríamos muitas, muitas coisas para vos dizer: «*Adhuc multa habeo vobis dicere!*» (cfr. Jo 16, 12). Haveria todos os temas que foram objecto das vossas discussões: as novas circunscrições diocesanas, a família, o jornal, o movimento dos Trabalhadores, as obras missionárias, as vocações, a reforma litúrgica, etc.. Basta-nos que vós tenhais presente todos estes temas; a vós baste-vos que também Nós os tenhamos presentes, e estejamos unidos a vós na oração, na paciência e na caridade.